

Geometrias do poder e a conceitualização do espaço¹

DOI: 10.54446/bcg.v14i1.3563

Doreen Massey²

Resumo

Este ensaio resulta de uma palestra ministrada por Doreen Massey na Universidade Central de Venezuela (UCV), em Caracas, em 17 de setembro de 2007. Nele, Massey desenvolve o conceito de geometrias do poder e sua conceitualização de espaço a partir das relações de poder.

PALAVRAS-CHAVE: geometrias do poder, poder, espaço, Geografia.

1 Tradução de transcrição de palestra ministrada em 17 de setembro de 2007 na Universidade Central da Venezuela, em Caracas.

Traduzido por André Pasti.

2 Foi Professora Emérita na The Open University, na Inglaterra.

Introdução

O convite que recebi para visitar a Venezuela me explicou que lhes interessava o conceito de “*power-geometry*” – a geometria do poder³. Sou geógrafa, e “a geometria do poder” é um conceito que inventei, no contexto do meu trabalho, para enfatizar o caráter social do espaço – o fato de que o espaço social (e o espaço em geral) é produto de ações, relações e práticas sociais. E, em função disso:

1. como produto social, está, conseqüentemente, aberto à política (se o produzimos, podemos, também, transformá-lo);

2. como produto social, o espaço é, em sua própria constituição, cheio de poder social, imbuído de poder social;

3. e o poder, como sabemos, tem múltiplas formas (econômica, política, cultural; dominação, igualdade, potência) e se realiza “em relação”, entre uma coisa (pessoa, nação, região, lugar) e outra;

4. e, portanto, por sua vez, o poder tem uma geografia.

Eu estava tentando, por este conceito, estabelecer “o espaço” (como dimensão, assim como é o tempo) como algo que está em jogo na política.

Além disso, esta abordagem das “geometrias do poder” é parte, um elemento, dentro de um tema mais amplo – o tema da (re)conceitualização do espaço. Minha proposta é simples: que a conceitualização do espaço é importante: ela tem efeitos tanto intelectuais quanto políticos, e que, embora não se reconheça normalmente, o espaço e sua conceitualização nos colocam importantes desafios políticos.

Portanto, vou começar com “o espaço” – e gostaria de entrar neste tópico propondo três características de espaço, que são as seguintes:

1. O espaço é o produto de relações (e da falta de relações). É uma complexidade de redes, uma malha de elos, de práticas, de trocas, tanto no nível muito íntimo (como o de casa) como no nível da cidade, do país, do mundo. Produzimos o espaço na gestão de nossas vidas. (Esta é uma proposta bem conhecida na geografia humana teórica, embora não seja bem utilizada na prática).

Um exemplo: notei esta característica do espaço nos estudos da indústria e da desigualdade entre regiões, no Reino Unido¹. Ou seja, tratava-se do espaço econômico. No Reino Unido, o sul/sudoeste (a região de Londres) tem mais emprego, renda muito mais alta, empregos que exigem um nível mais alto de educação ou treinamento etc. do que o norte do país. (acho que existem circunstâncias similares entre Caracas e outras partes da Venezuela).

3 Este argumento, e a conceitualização do espaço em geral, é elaborado em MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2008.

Como representar ou analisar esta desigualdade regional? “Normalmente” (por exemplo, na imaginação dos governos britânico e da capital) esta geografia de desigualdade é conceitualizada como se houvesse duas regiões - dois territórios, distintos, com características diferentes. É (conceitualizado como) um espaço de territórios. Esta é a concepção hegemônica e, creio, é uma conceituação que reforça a geometria do poder hegemônica.

Mas esta geografia pode ser conceitualizada de forma diferente. Por exemplo: digamos que existe uma empresa. Sua sede está localizada no sudeste, assim como a gerência, o conselho de administração e o departamento de pesquisa. A produção de material é no norte. O resultado desta distribuição (e é uma distribuição típica) não é simplesmente duas regiões com características diferentes - conceitualizadas como se fossem entidades independentes - mas é que, na verdade, temos as relações da produção capitalista espalhadas 'dentro' do espaço.

O poder dirigente e de decisão vai do sul para o norte; as decisões de investimento são tomadas no sul; a vida dos trabalhadores do norte depende de ações no sul; e assim por diante. Este é um espaço de relações, e de relações de poder.

Isto não quer dizer que não existam “regiões” ou “territórios”, mas as próprias regiões, suas características e suas identidades são produtos de relações dentro de um espaço mais amplo.

Ou melhor, são as relações de produção capitalista que produzem este espaço e estas regiões. Este é um espaço entendido como um produto das relações sociais - um espaço de conexões cheias de poder - e é uma forma básica, um exemplo simples, da geometria do poder. Ou seja, o poder é constituído “em relação”; é por isso que existe uma geografia de poder - uma cartografia de poder.

Essa é a natureza da desigualdade entre o sudeste e o norte do Reino Unido. Naturalmente, não é nestes termos que o governo britânico o discute quando confrontado com o chamado “problema regional”. Pelo contrário, o governo fala em termos de uma região (o sudeste) que “tem sucesso” e outra região que não o tem. É uma geografia quase ‘moral’ - o norte é visto como culpado de seu fracasso econômico. Para o governo, o problema é como o norte pode melhorar a si mesmo para competir com o sudeste.

Não há reconhecimento das conexões, das relações de poder, ligando integralmente as duas regiões e suas fortunas econômicas. Também não há nenhum reconhecimento político do fato de que parte integrante das diferenças empíricas e econômicas entre regiões é uma desigualdade mais importante - a do poder - uma geometria do poder.

E esta geometria do poder, na qual o sudeste domina, existe não apenas na esfera econômica, mas também nas esferas da cultura, das finanças e na esfera governamental. Cada espaço - econômico, político, cultural - tem suas próprias geometrias de poder (embora seja importante sublinhar que estas esferas estão muito interligadas).

Mas falar assim da geografia do poder e das relações de poder é uma ameaça, um desafio muito mais perigoso para quem está no poder, porque implica que o que é necessário, no espaço econômico, não é apenas uma descentralização do emprego, por exemplo, mas também uma política de relações de poder. Este foi um exemplo de um espaço nacional.

A mesma tese pode ser apresentada em nível internacional. Na arena internacional, Londres não é simplesmente um centro financeiro (uma questão de ramo, setor...), mas também (e mais importante) um centro de poder dentro da globalização neoliberal. A globalização também pode ser conceitualizada (deveria ser conceitualizada) como uma complexidade de geometrias de poder. E é esta geometria, tão desigual e com efeitos tão prejudiciais – e não o fato de ser global em si – que deve estar em jogo na política. E, pelo que sei de Caracas e da Venezuela, esse é precisamente um objetivo aqui.

O objetivo não é colocar um fim à inserção global da cidade ou do país, mas tentar construir uma outra forma de inserção na economia mundial – uma forma alternativa de incorporação a essa economia. O intercâmbio com Cuba (médicos/petróleo) é precisamente uma política de relações. Ela transforma uma relação que poderia ter sido de concorrência (a norma em um mundo neoliberal) em uma relação de cooperação. Ele muda o conteúdo de poder da relação; e muda o caráter do espaço. Este também é o caso do acordo com Londres. Estas são tentativas, creio, de transformar um pouco a geometria do poder econômico e internacional.

2. A segunda característica do espaço é que: o espaço é a dimensão da multiplicidade. Sem a dimensão do espaço, não poderia haver multiplicidade (no sentido simples de 'mais de uma coisa'). Mas, também, sem multiplicidade, o espaço também não poderia existir. Espaço e multiplicidade produzem um ao outro mutuamente. Este é um argumento filosófico⁴, mas tem implicações políticas, e eu gostaria de exemplificá-lo com um caso geopolítico pragmático.

Mesmo após a queda da União Soviética e a difusão do neoliberalismo em todo o mundo, todas as evidências mostram que ainda existem diferenças marcantes entre países, regiões, lugares, em termos de distribuição de renda, gastos sociais, mobilidade social, compromisso com a solidariedade social, compromisso com o "livre mercado" etc. Em outras palavras, permanece a especificidade geográfica, (uma forma de) multiplicidade espacial. De certa forma, lugares diferentes exibem formas diferentes de se organizar.

Eles são emblemáticos de diferentes políticas. Por exemplo (um fato pequeno, para mim inesperado) – a diferença (em algumas medidas) na desigualdade de renda entre os Estados Unidos e os países escandinavos é tão grande quanto a diferença entre os Estados Unidos e o México. Ou seja, o capitalismo, mesmo o capitalismo neoliberal, não é a mesma coisa em cada país. Ou seja, embora, como eu disse, os

4 Conferir no livro "Pelo espaço: uma nova política da espacialidade".

diferentes lugares estejam ligados, eles são mutuamente constituídos, seguem suas próprias trajetórias. O modelo americano não é dominante em todos os lugares.

O reconhecimento disto é, ao mesmo tempo, o reconhecimento da multiplicidade (a multiplicidade de trajetórias) que é o espaço social.

Além disso, esta “multipolaridade” (como é chamada no debate político) é um aspecto necessário de qualquer democracia global. E afirmar este fato de existir uma especificidade geográfica também constitui uma crítica conceitual das narrativas do neoliberalismo (tanto à esquerda como à direita) que falam de um neoliberalismo inexorável, inevitável, impossível de resistir ou modificar.

Narrativas que, portanto, implicam que existe apenas um futuro, um futuro neoliberal, para todos, em todos os lugares. Mas, para que esta “democracia global” funcione, cada lugar precisa explicitar o acordo social em que se baseia – os valores éticos que podem ser realizados pela participação comum na associação sociopolítica negociada/disputada que é *o lugar*.

A meu ver, é isso o que a Venezuela está fazendo no fórum internacional. Ela tem uma voz no mundo, e é sua própria voz. No livro “Pelo espaço”, escrevi que é necessário entender cada lugar levando em conta a necessidade, a responsabilidade de examinar o que há de novo e de inventar. Eu não estava pensando nele, mas Simón Rodríguez, como vocês sabem muito bem, disse: ou inventamos ou erramos⁵. Eu acho que Simón Rodríguez era um bom geógrafo; essa é uma excelente maneira de evocar a multiplicidade do ‘espacial’, do espaço.

Até agora temos: 1. espaço como produto das relações (formando uma geometria de poder) e 2. espaço como uma dimensão de multiplicidade (a multiplicidade de entidades com suas próprias trajetórias).

3. A terceira proposta que tenho (muito breve, mas importante... e como consequência das características já mencionadas)... é que o espaço está sempre “em construção”. Nunca é uma coisa acabada. Há sempre relações que permanecem por fazer (ou que serão feitas) e/ou que podem ser modificadas.

O espaço (as geometrias de poder que o constituem) está sempre em processo de produção e, portanto, sempre aberto para o futuro. E, por isso, por sua vez, também aberto à política. A criação de espaço é uma tarefa política. Se o conceituamos desta forma, o espaço representa um verdadeiro desafio para a política.

Além disso, para fugir desse desafio, frequentemente adotamos imaginações (ou seja, conceitualizações implícitas) alternativas do espaço. Acredito que isto aconteça em todas as esferas da política, mas vou me deter a um momento na política que tem a ver especificamente com este mundo tanto globalizado quanto desigual.

Gostaria de lhes dar dois exemplos desta fuga do desafio do espaço. A primeira é que muitas vezes transformamos espaço em tempo. Por exemplo, quando levantamos questões sobre pobreza e desigualdade econômica encontradas na

5 RODRIGUES, Simón. *Inventamos ou erramos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

globalização neoliberal (pensemos em Mali, Nicarágua, Moçambique), a “explicação” muitas vezes oferecida é que esses países “ficaram para trás” ou “estão atrasados”. Da mesma forma, usamos uma terminologia de países “desenvolvidos”, países “em desenvolvimento”, e assim por diante. Ou, em outro caso, ainda quando são usadas “grandes narrativas” da modernidade – progresso, modos de produção –, imagina-se um mundo dentro do qual existe uma única sucessão histórica de “períodos”.

Em todos esses casos, a geografia desigual do mundo está sendo transformada em uma fila histórica. É uma transformação (uma reorganização) da geografia (uma simultaneidade espacial de diferenças – uma multiplicidade) em uma (única) história. É uma forma de pensar que tem uma forte relação com a modernidade, com o colonialismo e com o imperialismo.

Portanto, aqui temos dois efeitos: em primeiro lugar, a supressão da multiplicidade contemporânea do espaço; em segundo, a redução ao singular da temporalidade. Aqui existiria apenas uma fila histórica (um modelo de desenvolvimento), e seria uma fila definida por aqueles que já estão “desenvolvidos” (é a história deles para eles mesmos).

Há, no fim, apenas uma voz. E tudo isso significa que aqueles que estão “para trás” (entre aspas) nesta fila não têm possibilidade – não têm espaço – de definir um modelo que seja seu. “O futuro deles está previsto”, pressagiado no presente de outros países. Talvez tais países não queiram seguir o caminho dos chamados países desenvolvidos – é claro que houve, e há muitos exemplos na América Latina neste sentido.

É necessário confrontar explicitamente esta forma de “ver” o mundo – o que significa ao mesmo tempo confrontar uma compreensão do que é “o espaço”. É um entendimento do espaço que é usado para esconder a possibilidade de outras formas de desenvolvimento. Esse é um argumento bastante conhecido. Mas há mais consequências desta transformação e redução do espaço em tempo.

Primeiro, é uma imaginação que esconde a possibilidade (na verdade, o fato) de que a desigualdade no mundo é produzida na atualidade – que ela é uma característica estrutural da globalização capitalista de hoje. Ela esconde os efeitos das formas atuais da relacionalidade do espaço (a geometria do poder), o que não só torna menos provável que a maioria dos “países atrasados” seja capaz de se desenvolver, mas também (e astutamente) deixa de fora a cumplicidade dos países “desenvolvidos” na produção atual desta desigualdade econômica. Ela esconde, precisamente, o poder.

Em segundo lugar, diminui (tornando menos urgentes) as diferenças e desigualdades entre países (ou regiões), reduzindo essas diferenças à “posição na fila histórica”. E isso, por sua vez, produz um efeito decisivo: nega a igualdade de voz. É uma forma de depreciar. Ela nega que sejamos verdadeiramente contemporâneos. E a existência de contemporâneos – de uma multiplicidade contemporânea – é uma propriedade essencial do espaço.

Ambas as consequências que acabo de indicar implicam a supressão (a fuga) de desafios éticos e políticos, e resultam de uma forma específica de imaginar o espaço e o tempo.

Deve ficar claro aqui que não estou criticando todas as concepções de "desenvolvimento" – água limpa é certamente melhor que água suja. Os problemas aos quais me refiro são a singularidade de sua forma assumida e a questão de quem é que tem o poder de definir esta forma. Minha intenção é simplesmente destacar em primeiro lugar a dificuldade de reconhecer a contemporaneidade da diferenciação espacial, e em segundo lugar as pequenas manobras da imaginação que usamos para evitar confrontá-la.

Os grandes poderes da mundialização o fazem. Nós, cientistas sociais, o fazemos. Todos o fazemos na nossa vida cotidiana. Toda vez que caracterizamos uma sociedade, um país, uma cultura como "atrasada" ou "primitiva", negamos sua diferença atual. Desrespeitamos uns aos outros e – diz o filósofo Jacques Derrida, respeito é uma atitude, uma disposição de espírito, integrante do verdadeiro reconhecimento do espaço.

E também: ao ocultar as relações (as geometrias do poder) que contribuíram para produzir estas características ("atrasadas" etc.), nos privamos da possibilidade de compreendê-las politicamente. Em resumo, é necessário não transformar o espaço em tempo.

O segundo exemplo da fuga do desafio do espaço é que conceituamos, implicitamente, o espaço como uma superfície. Falamos em "viajar pelo espaço". É novamente uma imaginação colonial. As 'viagens de descoberta' do 'novo mundo' foram imaginadas (pelo menos na Europa) em um cenário no qual havia apenas um agente, um ator (o viajante), o ator que descobriu 'o novo mundo', 'os outros'. Neste cenário (nesta imaginação), há apenas uma história: a do viajante.

É como se 'os outros' não tivessem história antes da chegada do viajante. É uma imaginação que torna muito difícil entender que "os outros", "o novo mundo", "os povos indígenas", também tiveram suas próprias trajetórias. Pensar no espaço como se fosse superfície tem o efeito de privar os outros de suas próprias histórias.

Nesse sentido, a insistência política no "encontro" em vez de "descoberta" também evoca um espaço mais ativo – o espaço como simultaneidade de histórias inacabadas, o espaço como um momento dentro de uma multiplicidade de trajetórias. Se o tempo é a dimensão da mudança, o espaço é a dimensão da multiplicidade contemporânea.

Por esta razão, o espaço é a dimensão do social. É o espaço que nos coloca a questão política mais fundamental: como devemos viver juntos; coexistir, coexistir? O espaço nos oferece o desafio (e o prazer e a responsabilidade) da existência de "outros". Mas em muitos discursos políticos, e nos discursos dentro das ciências sociais, isso não é levado em consideração. Isso tem, creio eu, graves efeitos políticos.

Mais uma etapa que gostaria de tratar: o tema da identidade, tanto a identidade de um lugar (cidade, país, Caracas, Venezuela) quanto a identidade de grupos, de indivíduos, de estratos sociais.

Se o espaço não é simplesmente a soma de territórios, mas uma complexidade de relações (fluxos e fronteiras; territórios e conexões), isso significa que “um lugar”, um território, também não pode ser simples e coerente. Pelo contrário, cada lugar é um nó aberto de relações – uma articulação, uma malha – de fluxos, influências, trocas etc. A identidade de cada lugar (incluindo sua identidade política) é, portanto, o resultado de uma mistura distinta de todas as relações, práticas, trocas etc. que ali se entrelaçam (dentro deste “nó”) e também o produto do que se desenvolve como resultado deste entrelaçamento. É o que chamei de “um sentido global do lugar”, um sentido global do local.

Assim: não há lugares que existam com identidades já fixadas, pré-determinadas, pois depois eles têm interações. Os lugares adquirem suas identidades, em parte, no processo da prática das relações “com” os outros e em parte das relações internas – a identidade de um lugar está sempre em processo de mudança, sendo formada, sendo modificada – o local e o global se constituem um ao outro.

Da mesma forma, podemos conceituar a identidade de indivíduos ou grupos sociais. Nas últimas décadas, desenvolveu-se um forte debate nas ciências sociais a respeito da conceitualização da subjetividade e da identidade. Argumenta-se que nossa identidade é, em sua própria constituição, “relacional”. Que não existimos “em primeiro lugar”, como ilhas, e somente depois desta constituição essencial nos tornamos relacionais. Não somos indivíduos *antes* de sermos sociais – também não há lugares fora de um contexto geográfico mais amplo. Todos nós (e nossos lugares) estamos localizados, constituídos, por uma rede de relações de poder.

Mais precisamente, nossa identidade se constitui no processo de nos relacionarmos. É uma reconceitualização que tem raízes feministas, antirracistas, pós-coloniais... E tem sido muito importante politicamente ao romper os discursos “essencialistas”, ao insistir na constituição social da identidade.

Esta forma de imaginar a identidade pode nos conduzir em múltiplas direções. Primeiro, significa que existe uma cartografia das relações mais ampla do que a própria identidade. Somos articulações dentro de configurações geográficas maiores. E isso levanta a questão de nossa relação social e política com aquelas geografias dentro das quais nossas identidades são construídas; a geografia mais ampla de nossas responsabilidades políticas.

Também significa que existe uma geometria de poder dentro de cada lugar, que “a identidade” de cada lugar é um produto de negociação, conflito, disputa entre diferentes grupos, grupos com distintos interesses materiais e distintas posições sociais e políticas. Já me referi à “associação sociopolítica negociada/disputada que é o lugar”. Normalmente, haverá um acordo social implícito – e, portanto, hegemônico – sob o qual se baseia o funcionamento cotidiano do lugar.

O “social”, neste sentido, é a esfera das práticas cotidianas, implícitas; práticas que, exatamente por seu caráter implícito, ocultam o acordo em que se baseiam. O acordo social é aceito como “normal” e tomado como garantido. Mesmo o fato de que seja o produto de uma negociação não é visto (mas, é claro, ele é baseado em uma geometria de poder específica). Mas de vez em quando é necessário questionar o acordo hegemônico, tornar explícito e visível o acordo e sua geometria de poder – e esse é o momento político.

O que eu tenho tentado fazer, em minha pesquisa, é colocar o espaço e o lugar em jogo como uma coisa política. Mas isso, por sua vez, significa que eles têm que ser conceitualizados em termos das geometrias de poder e que esse poder, em si, tem uma geografia.

Power Geometries and the Conceptualization of Space

This essay is the result of a lecture given by Doreen Massey at the Central University of Venezuela (UCV) in Caracas on September 17, 2007. Massey develops the concept of *power geometries* and her conceptualization of space based on power relations.

KEYWORDS: power geometries; space; power; Geography.

Geometrías del poder y la conceptualización del espacio

Este ensayo es el resultado de una conferencia impartida por Doreen Massey en la Universidad Central de Venezuela (UCV), en Caracas, el 17 de septiembre de 2007. En él, Massey desarrolla el concepto de *geometrías del poder* y su conceptualización del espacio a partir de las relaciones de poder.

PALABRAS CLAVE: geometrías del poder; espacio; poder; Geografía.